

DISCURSOS OFICIAIS SOBRE O TRABALHO: UMA ANÁLISE POSSÍVEL

Célia Regina Crestani - celiar@terra.com.br

CEFET/PR – Unidade de Curitiba

Resumo: A intenção deste ensaio foi a de examinar o funcionamento dos discursos oficiais cefetianos sobre o trabalho, o que implicou, necessariamente, analisar o funcionamento do discurso que se apresenta como de autoridade[i]. Com esse objetivo, procuramos compreender como o que se diz sobre o trabalho, no interior da Instituição, produz efeito de sentido. Tal investigação foi conduzida a partir de alguns questionamentos, como, por exemplo, a pretensa hegemonia do discurso de autoridade. Entendemos que essa pretensa hegemonia pode ser problematizada, e é o que procuramos fazer neste trabalho. Para tanto, procuramos desconstruir o discurso oficial, o que não significa destruí-lo, mas pôr a nu as elipses, os subentendidos, os acordos verbais tácitos por trás do que foi dito, não no sentido de esgotá-lo ou dar dele sua versão definitiva, mas com o propósito de buscar o silenciado, o reprimido, o outro, sob o que foi falado. Assim, buscamos na análise do discurso a fundamentação teórica para trabalhar discursos antagônicos sobre o trabalho. Entendemos que o que está em jogo nessa guerra discursiva não são critérios de adequação desses significados a ‘uma’ verdade, mas as relações de poder que permitem que eles sejam definidos como os que representam ‘a’ realidade.

Palavras-chave: discurso de autoridade, monologismo, dialogismo, trabalho, educação.

É objetivo deste ensaio analisar os modos como os dirigentes da Instituição CEFET/PR- Unidade de Curitiba - deram sentido às transformações ocorridas no mercado de trabalho e à necessidade de acompanhá-las. O objetivo da análise desses fragmentos discursivos é reconstruir as cadeias de significados que permeiam o discurso oficial sobre o trabalho.

Para cumprir esse objetivo, iremos primeiramente analisar como essas falas abordaram a questão da identidade, isto é, como se representaram e como representaram o outro. O objetivo dessa análise é: a) desconstruir a aparente unidade do discurso, fazendo emergir a heterogeneidade constitutiva; b) mostrar o efeito de sentido que a representação dessa aparente unidade provoca.

Para tanto, buscamos auxílio na teoria da quarta pessoa discursiva, como elaborada por Freda Indurski, que diz: "A quarta pessoa discursiva produz a impessoalização do sujeito: ele abdica de dizer eu, cedendo espaço para o acontecimento discursivo. Ou seja, não há inclusão do outro nessa forma de representação. Através dela, o sujeito representa-se como se fosse o outro" (INDURSKI,1997, p. 76). Ora, onde não há sujeito, não há interlocutor, produzindo, por conseqüência, o efeito de monologismo. Nesses recortes discursivos, as falas oficiais foram

representadas por 'ele' ou por 'se', no lugar de 'eu' ou 'nós', o que permitiu a impessoalização ou a indeterminação do agente. A representação do sujeito do discurso em terceira pessoa equivale à personificação, cuja especificidade reside na simulação de não preenchimento da posição sujeito, para dar lugar ao acontecimento discursivo como se ele se produzisse por si só. Essa simulação vai permitir que se produza a ilusão de que o acontecimento discursivo está desvinculado do sujeito ou de outras fontes que o constrói no discurso. Esta construção, por sua vez, vai permitir que o efeito de palavra única, verdadeira e final emergja, produzida de um lugar igualmente único, onde não há o 'outro', uma vez que não há um 'eu'. Falar de um lugar único significa falar de um lugar também único, de onde fala um ser supremo, que tudo sabe e tudo pode, o que lembra a palavra de autoridade enfatizada por Bakhtin, na construção do discurso oficial. Assim, a personificação discursiva é o 'não-eu', no caso, a Instituição. Os recortes abaixo irão demonstrar como isso ocorre:

"Neste momento em que a sociedade e o governo discutem formas de se combater a miséria e o desemprego, o CEFET/PR tem cumprido sua missão social, fomentando a qualificação profissional para o mercado de trabalho, contribuindo para minimizar esses problemas sociais..." (ONGARATTO, 1999, p. 14. Diretor de Finanças e Pessoal.)

"O CEFET/PR está respondendo satisfatoriamente às urgências da sociedade brasileira quanto à crise do desemprego à medida que passa a oferecer à sociedade uma nova modalidade de educação voltada à profissionalização do aluno. É improdutivo só constatar que há crise, o que importa é agir sobre ela, enfraquecendo-a."(ROMANO, 1999, p. 9. Vice-diretor).

"...o CEFET/PR está criando um Programa de Desenvolvimento Integral do Educando que implementará ações de atualização profissional para os egressos, ampliará a oferta de bolsas e estágios, procurando levar nossos alunos a vivenciarem o mundo do trabalho, apoiará a criação de empresas de alunos e de um Banco de Talentos que divulgue as competências profissionais de alunos e egressos." (JANUÁRIO NETO, 2000, p. 13. Diretor Geral).

"(...) É esta a essência que o CEFET vem imprimindo à nossa história nesses últimos 90 anos: a capacidade de olhar o futuro, de desenhar o futuro e de preparar nossos jovens para esse futuro, cada vez mais competitivo e que cada vez mais continuará exigindo respostas rápidas para que possamos continuar crescendo." (LERNER, 1999, p. 4. Governador do Paraná).

"...o CEFET destaca-se pela constante atualização de seus currículos e pela preocupação que dispensa às parcerias com o poder público e os setores produtivos..." (SOUZA, 1999, p. 4. Ministro de Estado da Educação).

" O CEFET/PR, além de se destacar nacionalmente como um Centro Tecnológico de referência na formação de profissionais, tem nos seus 90 anos influenciado e conquistado várias gerações..." (VRUBEL, 1999, p. 13. Diretor de Ensino).

Esses recortes discursivos, presentes nos discursos oficiais da Instituição, (e fora dela) permitem-nos observar a ocorrência da impessoalização do sujeito, produzida pela personificação: o sujeito é o CEFET/PR. O efeito discursivo provocado é a ilusão de que se desvincula o agente do acontecimento discursivo. O 'eu' discursivo é substituído por 'ele', o que pode gerar o distanciamento: com quem se estabelecerá a interlocução, sendo 'ele' uma 'não-pessoa'? O papel da Instituição é considerado à distância, como se o sujeito do discurso dissesse: "o CEFET e não os governos, etc. o CEFET está...". Ou seja, a personificação permite que o sujeito fale de si como se falasse de um outro, realizando a disjunção entre o sujeito do discurso e o sujeito enunciador. Tal dissociação afasta-o do papel institucional que exerce: não há o preenchimento da posição sujeito, mas um efeito de esvaziamento. A personificação do discurso, por outro lado, pode ser usada como recurso para gerar um efeito de verdade universal: o CEFET está pairando acima de nós. Assim, é possível cobrar adesão incondicional a ele, uma vez que 'revela' ou 'professa' uma verdade. Essa cobrança é provocada pela crença de que os discursos têm um único significado, fixo e estável, de que não há outro discurso possível e, portanto, dissociado dos fatores sócio-ideológicos que o constituem. No caso, a crença de que o nome CEFET remeta à inquestionabilidade das relações por ele instauradas. E mesmo que não houvesse adesão incondicional, como seria possível polemizar com ele? É, na verdade, um espectro, e não um ser animado...

Falar à comunidade através da personificação do sujeito reveste o discurso de autoridade, porque se fala em nome do CEFET simulando falar em nome de todos, do uno, do universal, o que acaba construindo um efeito de unanimidade. Unanimidade que leva ao efeito de monologismo, desligado da realidade mais imediata, do contexto linguístico que gera a responsividade e a multiplicidade de vozes sociais.

Na mesma edição comemorativa aos 90 anos do CEFET/PR, encontramos uma crônica, 'Motivo de Retrato' feita pelo professor Juarez POLETTTO, em que a personificação da Instituição está explícita: ela é o mote da crônica, da qual transcrevemos um pequeno trecho:

(...) Não estou pronto, mas edifiquei, construí minha morada. Não para nela me esconder: a casa recebe, tem muitas portas a minha morada. Fiz meus cálculos, a fiação é segura e sustenta a iluminação, não ficarei no escuro. Escolhi os componentes e meus computadores não entrarão em pane. Cada membro do meu corpo está integrado numa rede de comunicação que lhes permite a necessária mecânica da ação. Desenvolvi uma química tal que deixa o físico sempre saudável e o intelecto alerta, por isso colho bons resultados no jogo da vida. **Prepotente?**

Não. São bons hábitos que a longa educação ensinou. Tenho confiança nos netos que já dei ao mundo.(...) Apago a luz, hora do descanso. Todos se retiraram: alunos, servidores, professores...Só os guardas vigiam o meu sossego... (1999, p. 8, grifo nosso).

Nesse excerto, ao se utilizar da indagação, o discurso deixa irromper a voz do outro. O que é interessante observar, é que é o excerto de um discurso literário, cuja característica, segundo Bakhtin, é a incorporação do plurilingüismo, que é interiormente dialógico, conversa com outras vozes, porque não pretende ser monológico; por isso, não se preocupa em 'limpar' o plurilingüismo, deixa-o aparecer. Portanto, num discurso laudatório, enobrecido, lírico, no interior de toda essa positividade de louvar a Instituição, o outro está sendo representado. E ao representar o outro, esse discurso também se representa, pois é impossível dicotomizar: 'até aqui, é o meu discurso; daqui em diante, é o seu'. Essa possibilidade não existe, porque o discurso de autoridade está também no enunciador. Mas mesmo personificada, a palavra de autoridade, aqui representada pela personificação da Instituição, abre uma brecha para a palavra interiormente persuasiva. A inseparabilidade dos contrários emerge.

As palavras do outro, introduzidas na nossa fala, são revestidas inevitavelmente de algo novo, da nossa compreensão e da nossa avaliação, isto é, tornam-se bivocais. (...) A transmissão da afirmação de um outro em forma de pergunta já leva a um atrito entre duas interpretações numa só palavra, tendo em vista que não apenas perguntamos como problematizamos a afirmação do outro. O nosso discurso da vida prática está cheio de palavras de outros. Com algumas delas fundimos inteiramente nossa voz, esquecendo-nos de quem são; com outras, reforçamos as nossa próprias palavras, aceitando aquelas como autorizadas; por último, revestimos terceiras das nossas próprias intenções, que são estranhas e hostis a ela (BAKHTIN, 1981, p. 169).

Para analisarmos os recortes discursivos dos dirigentes, vamos nos valer da noção de enunciado, formulado tanto por Foucault (**A arqueologia do saber**) quanto por Bakhtin, (**Estética da criação verbal**), como sendo um elo da cadeia discursiva em que estamos inseridos. Por isso, esses recortes discursivos estão relacionados a outros textos que os precederam e aos que virão em resposta a eles; portanto, não poderíamos analisá-los sem levar em consideração esse fator.

Todo enunciado - desde a breve réplica (monolexemática) até o romance ou o tratado científico - comporta um começo e um fim absoluto: antes de seu início, há os enunciados dos outros, depois de seu fim, há os enunciados respostas dos outros.(...) O locutor termina seu enunciado para passar a palavra ao outro ou para dar lugar à compreensão responsiva do outro. O enunciado não é uma unidade convencional, mas uma atitude real, estritamente delimitada pela alternância dos sujeitos falantes, e que termina por uma transferência da palavra ao outro... (BAKHTIN, 1997, p. 294).

Os recortes aqui sob análise são enunciados presentes em uma edição especial do Jornal, feita para comemorar os 90 anos da Instituição, em que uma parcela significativa de diretores e ex-diretores do CEFET/Pr foi entrevistada. O discurso de posse do Diretor atual foi publicado em duas páginas de jornal da Instituição do mês de maio de 2000.

Os já-ditos auxiliam a compreensão dos leitores, conhecedores da situação que está sendo discutida, permitindo que o todo do enunciado seja entendido; é o contexto colaborando na construção dos significados. Percebemos, nestes recortes, a intenção de louvar a Instituição, mormente por ser uma publicação especial, uma edição comemorativa aos 90 anos da Instituição e um discurso de posse. Não há, nessa edição, nenhum comentário que questione qualquer prática ou que aponte contradições no interior mesmo dessas práticas. Do mesmo modo, percebemos as relações estabelecidas com outros locutores e outros dizeres. Outros locutores que podem ser, além da comunidade cefetiana, aqueles a quem Bakhtin chamou de 'terceiros', ou seja, os 'ausentes' presentes nas falas. Explicando melhor: os terceiros são todos aqueles que de certo modo regulam nosso dizer. Nos discursos oficiais, esses terceiros podem ser a família, o trabalho, a educação, a lei, a pátria, os empresários, etc...Os dizeres, por sua vez, podem ser percebidos como falas presentes em outros discursos sociais, circundantes e dispersos, como é o caso da necessidade de se adequar a educação oferecida pela Instituição ao mercado de trabalho. O terceiro de que fala Bakhtin nos remete novamente à idéia de que não somos fonte absoluta de nossos dizeres: o que dizemos não se remete a nós mesmos, mas a nossos interlocutores. Mas além deles, há esse 'terceiro' interlocutor que participa ativamente do processo de significação dos nossos dizeres. Em **o problema do texto**, BAKHTIN fala desse 'terceiro':

Todo diálogo se desenrola como se fosse presenciado por um terceiro, invisível, dotado de uma compreensão responsiva, e que se situa acima de todos os participantes do diálogo (os parceiros) (...) O terceiro em questão não tem nada de místico ou de metafísico (ainda que possa assumir tal expressão em certas percepções de mundo). Ele é o momento constitutivo do todo do enunciado e, numa análise mais profunda, pode ser descoberto. O fato decorre da natureza da palavra que sempre quer ser ouvida, busca a compreensão responsiva, não se

detém numa compreensão que se efetua no imediato e impele sempre mais adiante (1997, p. 356).

O discurso dos diretores e ex-diretores, assim, não se limita ao que é dito e à eventual e circunstancial audiência. Esse processo de significação envolve, além de quem os ouve, aqueles a quem o discurso se endereça, mesmo não estando presentes. São os 'terceiros' que estarão sempre presentes, incorporados ao interlocutor. Por exemplo: no discurso oficial do CEFET/PR sobre o trabalho, o que se observa é uma preocupação muito grande com o setor produtivo, com as empresas. Assim, mesmo sendo um discurso para louvar o trabalho educacional da Instituição, a preocupação com o setor produtivo está presente, atuando como uma palavra de autoridade para o funcionamento do discurso, uma vez que se adere à idéia formulada por outros enunciados de que a educação deve atender aos ditames do mercado de trabalho.

O objetivo de problematizar a estratégia discursiva de se atribuir ao CEFET aquilo que são práticas humanas, é apontar para a necessidade de suspendermos tal sutileza, uma vez que o CEFET - fora das relações que o constituem - não existe: o que existem são as nossas práticas sociais e os frutos que elas possibilitam ou frustram. Para que uma prática aconteça, outras são impedidas de acontecer. Para mitigar o efeito de exclusão do outro no discurso, muitas vezes impessoalizam-se as falas, escondidas na personificação da Instituição. Assim, pela análise, chegamos à conclusão de que o dizer dos dirigentes aponta para a positividade de estabelecerem parcerias com o setor produtivo, bem como os benefícios advindos dessa prática. E o que foi que deixou de ser dito, que foi impedido de se realizar, interdito pelo dito, pelo acontecimento de um e não de outro dito?

Ser porta-voz do discurso do setor produtivo como parceiro para o desenvolvimento deixa de fora um outro discurso, qual seja, aquele que questiona tal parceria, vendo nela uma subordinação do cotidiano da escola ao mercado de trabalho. Apesar disso, a heterogeneidade constitutiva da linguagem deixa transparecer essa voz, quando, no discurso do vice-diretor, César Augusto ROMANO, ele diz: "É improdutivo só constatar que há crise. O que importa é agir sobre ela, enfraquecendo-a", (1999, p. 9) como uma resposta ao questionamento feito por aqueles que não aceitam a parceria com o setor produtivo, vendo-a como uma intromissão no espaço escolar. Mas essa réplica ao discurso do outro, ao contrário de evitar que o discurso funcione, forma o próprio discurso, como vimos na passagem acima. Nesse excerto, percebemos que as vozes discordantes são desqualificadas, aparentemente caladas por força da negação. E é por isso que percebemos que elas estão, de fato, incorporadas ao discurso, representadas no discurso de autoridade. Um discurso que se relaciona com o outro através da negação acaba por ser dominado pelo outro, que o determina. Em **O discurso em Dostoiévski**, BAKHTIN entende essa relação como de polêmica velada. Ele diz:

A palavra do outro permanece fora dos limites do discurso do autor. Mas este discurso a leva em conta e a ela se refere. Aqui a palavra do outro não se reproduz sem nova interpretação mas age, influi e de um modo ou de outro determina a palavra do autor, permanecendo ela mesma fora desta.(...) Na polêmica velada, o discurso do autor está orientado para o seu objeto; (...) neste caso, porém, qualquer afirmação sobre o objeto é construída de maneira que, além de resguardar seu próprio sentido objetivo, ela possa atacar polemicamente o discurso do outro sobre o mesmo assunto e a afirmação do outro sobre o mesmo objeto. Orientado para seu próprio objeto, o discurso se choca no próprio objeto com o discurso do outro. Este último não se reproduz, é apenas subentendido; a estrutura do discurso seria inteiramente distinta se não houvesse essa reação ao discurso subentendido do outro (1981, p. 170-171).

Uma estratégia discursiva utilizada para velar a polêmica nesse enunciado é o fato de o enunciado ter sido construído com verbos sem sujeito. Outro aspecto interessante a ser percebido é a 'adesão' a um determinado tipo de discurso, o que já é um exercício valorativo. Ao proferir esse discurso e não outro, faz essa 'adesão' baseando-se em valores, porque um discurso é uma codificação de valores até o último grau. A menos que alguém acredite que não tem seus próprios valores e que levita, acima do bem e do mal (para evocar Nietzsche) dispensados de ética e de ideologias. O que a teoria bakhtiniana mostra ser a mais absoluta ficção.

Outra ocorrência observada no discurso oficial é a presença da indeterminação do sujeito, como na passagem a seguir:

Alteraram-se os cursos que eram oferecidos pela Instituição e modificou-se o perfil dos profissionais que serão formados. Essa modificação, como toda situação nova, causou turbulências e apreensões na comunidade interna que, pouco a pouco, foi se ajustando e percebendo que outras mudanças acabaram acompanhando a mudança maior: houve uma adaptação pedagógica à nova realidade, pois o perfil dos alunos se alterou e obrigou a comunidade a reflexões sobre como encaminhar as novas situações que estavam sendo apresentadas." (JANUÁRIO NETO, 2000, p. 13).

São construções verbais passivas e impessoais que a voz institucional utiliza para falar da alteração dos cursos, sem mencionar agentes: alteraram-se os cursos (quem os alterou?)

modificou-se o perfil dos alunos (quem o modificou?). A gramática tradicional dirá que nesse caso o sujeito é 'os cursos' e aqui a razão formal dos gramáticos coincide com a voz institucional.

Se para a gramática tradicional o 'se' apresenta uma dupla possibilidade, isto é, ser classificado como indeterminador do sujeito ou pronome apassivador, para a análise do discurso, o 'se' das construções transitivas pronominais apresenta o efeito de sentido de indeterminador do agente. Assim, nas estruturas analisadas acima, o funcionamento discursivo do 'se' é o de indeterminador do sujeito. É a essa característica que Freda Indurski vai chamar de quarta pessoa discursiva, uma vez que "o sujeito temático coincide com o sujeito do discurso de modo que a indeterminação do primeiro projeta-se sobre o segundo" (INDURSKI, 1997, p. 84). No recorte acima, observamos o efeito de sujeito que a mobilização da quarta pessoa discursiva instaura: ao representar-se assim, o sujeito do discurso simula o não - preenchimento da posição-sujeito, o que promove o efeito de seu apagamento. Esta estratégia acarreta a aparente não-suposição do outro. Ou seja, a quarta pessoa discursiva pronominal promove o efeito de apagamento da estrutura dialógica, de modo que os acontecimentos discursivos apresentam-se como fatos que independem de um sujeito do discurso, sendo, pois, representativos de um fato tido como "natural", sem agente humano-ideológico. Mas podemos parafrasear o recorte analisado:

" **Alteramos** os cursos que eram ofertados pela Instituição e **modificamos** o perfil dos profissionais que serão formados..."

O 'nós' que aparece estava refugiado no 'se', permitido pela utilização da quarta pessoa discursiva. Mas a linguagem, parafraseando FOUCAULT, "parece sempre povoada pelo outro, pelo ausente, pelo distante, pelo longínquo; ela é atormentada pela ausência" (1987, p. 128). E é pela análise do discurso que capturamos essa ausência, sobre a qual podemos agora falar.

Os cursos oferecidos pela Instituição foram alterados pelo Decreto N. 2.208 de 17.04.97. Houve, na época, muita polêmica em torno do assunto, com a opção política da Instituição em extinguir os cursos profissionalizantes de 2^o grau. Apresentar essa situação sem agente(s) definido ou como fato sem causa nos parece sintomático: quem seria o interlocutor para essa parcela insatisfeita com a mudança? Mas a resposta à indagação de quem seria o agente de tal ação aparece em outro recorte discursivo, a seguir transcrito: "O setor produtivo, num novo contexto de organização e de globalização, passou a *requerer* um perfil mais versátil, flexível e gerencial do egresso, *exigindo* que as instituições alterassem a formatação da graduação" (ROMANO, 1999, p. 9. Grifos nossos).

O setor produtivo aparece claramente definido como o sujeito omitido no discurso analisado anteriormente e que afirmava: 'alteraram-se' os currículos. O que chama a atenção, porém, não é o fato de o sujeito aparecer, mas o de subordinar o sujeito CEFET, impessoal nos discursos anteriores, ao sujeito setor produtivo. Subordinado não é parceiro; parceiros não exigem, negociam. Outra pergunta que fazemos é: quem é o CEFET, quem é o setor produtivo, que vozes representam? Mesmo que definamos o sujeito do discurso, é ainda de um lugar único que se fala: o setor produtivo, se tem o poder de exigir que se alterem os currículos para

atender às exigências do mercado globalizado, passa a ser visto como um poder que não se contesta, não se problematiza, não se dialogiza: a palavra de autoridade manda, nós nos subordinamos. Mas quem representa o setor produtivo? Será desnecessário que o discutamos? Todos, incondicionalmente, entendem-no do mesmo jeito? Suas intenções são claras, transparentes, a ponto de não suscitar nenhum questionamento? Essas questões são importantes na medida em que apontam para a necessidade de se discutir para quê se fazem parcerias. Como o setor produtivo também não é um bloco homogêneo, transparente, é interessante problematizarmos as parcerias, no sentido de que, assim como elas podem demandar e financiar pesquisas que beneficiem a sociedade, podem, também, financiar pesquisas que a prejudiquem ou que não lhe dêem lucro.

A subordinação sem questionamento revela muito mais do que a ausência de problematizações: revela que se está entendendo o que acontece ao nosso redor como constituído de coisas muito simples e claras, necessárias, que espelham com precisão o universo e que há um vocabulário-mestre que permite comensurar todos os discursos. Lembremos aqui a advertência de RORTY, citando WITTGENSTEIN, que "todas as palavras tomam seu sentido antes de outras palavras do que em virtude de seu caráter representativo. Os vocabulários adquirem seus privilégios antes dos homens que os usam que de sua transparência para o real" (1994, p. 362). Segundo RORTY, esse entendimento revela a crença que temos sobre a imagem clássica do homem como tendo uma essência especular. E adverte: "precisamos retirar completamente as metáforas visuais, e particularmente as especulares, de nossa fala. Para fazer isso temos que compreender a fala não apenas como a não exteriorização de representações internas, mas como não sendo absolutamente uma representação" (RORTY, 1994, p. 365).

É importante observar as relações de poder presentes também nessa questão: o setor produtivo exerce poder sobre o CEFET, exigindo a adequação dos cursos à demanda produtiva; os representantes do CEFET, por sua vez, ao pretender que toda a comunidade pense da mesma maneira sobre o setor produtivo revela, mesmo sem querer, uma vontade de verdade, denunciada por FOUCAULT, mas antes por NIETZSCHE, quando, em **A genealogia da moral**, diz: "Este direito de dar nomes vai tão longe que se pode considerar a origem mesma da linguagem como um ato de autoridade que emana dos que dominam. Disseram: 'Isto é tal e tal coisa', vincularam a um objeto ou a um fato tal ou qual vocábulo, e assim ficou". (s.d., p. 35).

Outra questão que se pode levantar a respeito desse recorte discursivo é o fato de o Diretor afirmar que "...essa reforma do Ensino Profissional, como toda situação nova, causou turbulências e apreensão na comunidade interna, "que pouco a pouco foi se ajustando e percebendo que outras mudanças acabaram acompanhando a mudança maior: houve uma adaptação pedagógica à nova realidade..."

Porém, se buscarmos outras vozes, agora em outro discurso, veremos que é outra a perspectiva de onde se olha para o ocorrido. Vejamos:

Como tentativa de suprimir o debate acerca da reforma e a mobilização contra a

sua implantação no CEFET/PR., não faltaram as medidas de força: estudantes que tentaram organizar ou que participaram de eventos e manifestações foram coagidos; professores e lideranças sindicais dos docentes foram enquadrados em sindicâncias e inquéritos administrativos. A Assessoria Pedagógica, que reunia professores dos diversos departamentos, foi reduzida aos Chefes de Departamentos - no período que se deliberava sobre as diretrizes de implantação da reforma - numa clara manobra para circunscrever o poder de decisão a um reduzido colegiado, restrito e de maioria assegurada.(...) Qualquer espaço de debate foi reduzido ou eliminado (LIMA FILHO, 1997, p. 11).

As diferentes posições dos sujeitos frente aos objetos acaba por revelar a guerra discursiva, velada no discurso oficial da Instituição sobre a alteração dos currículos, promovida pela reforma do Ensino Profissional. E a pergunta a respeito de quem é o CEFET, quem são as vozes que o representam pode ser buscada, na análise que se faz a seguir, a respeito da construção do 'nós' oficial.

A CONSTRUÇÃO DO 'NÓS' OFICIAL

Para a análise lingüística, o 'nós' representa toda referência que se faz à primeira pessoa do plural, como *nosso, nossa, nos*, bem como é representado pela desinência verbal de primeira pessoa plural, *mos*. Para a análise discursiva, o 'nós' pode representar a integração de outros enunciadores ao dizer do sujeito do enunciado, muitas vezes sem especificá-los lingüisticamente, o que acarreta a ambigüidade de seu dizer. Essa ambigüidade ocorre porque o locutor, ao utilizar-se da expressão 'nós' pode associá-la a referentes variados, sem especificá-los lingüisticamente. Por isso, podemos entender a expressão 'nós' como 'não-pessoa discursiva' uma vez que muitas vezes designa conjuntos lexicalmente não nomeado. A 'não-pessoa' discursiva corresponde ao referente lexicalmente não especificado, ao qual o 'eu' se associa para constituir 'nós'. Na análise dos recortes discursivos a seguir, iremos tentar analisar discursivamente como o 'nós' está sendo empregado:

1. "O modelo CEFET já é histórico para **nós**, pois **atingimos** com sucesso os seus limites e para crescermos e diversificarmos **nossa** atuação, **temos** que explorar e assumir outro modelo acadêmico. A transformação [\[iii\]](#) **nos** beneficia, pois **ampliamos** as possibilidades de parcerias com a iniciativa privada..." (ROMANO, 1999, p. 9) (1).

2. " O projeto defende a criação de uma universidade singular, marcadamente tecnológica (CEFET- PR., 1998, p.6). **Entendemos** que a reunião dos dois termos que compõem este conceito encerra uma contradição: como algo que se pretende universal, ou que pretende tomar a universalidade, pode reduzir-se ao específico, ou ocupar-se apenas da especialidade? Nesta dicotomia está implícita uma concepção epistemológica." (LIMA FILHO, 1998, p. 136. (2).

Nos dois recortes discursivos acima descritos, podemos observar que o 'nós' presente nos discursos são exclusivos: o primeiro 'nós' remete para o universo discursivo dos que são favoráveis à transformação do CEFET em Universidade Tecnológica e os 'benefícios' trazidos pela parceria com o setor produtivo. O segundo 'nós' remete para todos aqueles que são contrários, não ao projeto em si, mas ao reducionismo, que, segundo eles, tomará conta de uma Universidade marcadamente tecnológica e não universal. O que as interpretações trazem são os horizontes sociais em que cada um dos 'nós' presentes nos discursos se inscrevem. Os interlocutores a quem se dirigem também são distintos, mas tanto um quanto o outro fazem parte da cadeia de enunciados que pressupõem outros. O pano de fundo sócio-cultural da linguagem precisa ser levado em conta para que se entenda que há, aí, duas visões de mundo que se excluem, mas que precisam uma da outra para significar: observamos que o segundo recorte discursivo recupera o discurso do primeiro. Mas seriam apenas duas visões? Se não levarmos em conta a pluralidade de vozes que nos formam, é fácil dicotomizar os 'nós' dos discursos acima entre um eu/tu antagônicos, contrários, plenos, cada um, de sua vontade de verdade. Sabemos, entretanto, que as coisas não são tão fáceis assim de serem entendidas.

Assumir um ou outro discurso deixa de fora a heteroglossia dialogizada, ou as diferenças entre as vozes que se filiam em um ou em outro discurso. Considerando que as palavras não têm um único e fixo sentido, entendemos que o discurso que se opõe ao discurso da direção geral aponta para uma pretensa universalidade no ensino, outro fator que leva a essa conclusão e a uma pergunta: é possível um saber universal, que seja o mesmo para todos? Se não levarmos em conta a complexidade da linguagem, podemos dizer que sim. Mas novamente a heterogeneidade, a divergência, a diversidade, ficam de fora.

O dialogismo, por outro lado, não pressupõe equilíbrio ou consenso, um 'modelo' em que todos falem e que seus discursos, justapostos como numa vitrine, tenham todos o mesmo valor e o mesmo direito. Mas apenas o pluralismo não dialógico é insuficiente, uma vez que podemos cair facilmente no antagonismo, o que revela a nossa vontade de verdade, abafando as vozes sociais. Exemplificando: existe algo mais plural do que a disposição das palavras num dicionário? Temos ali todas elas. Mas "estanques no poço delas mesmas", como diz MELO NETO (1997, p. 243). Não 'lutam' entre si. Porém, no pluralismo dialogizado, as posições intercambiantes dos sujeitos provocam a desestabilização, a agonística, como exemplifica LYOTARD:

Cada parceiro de linguagem sofre por ocasião dos "golpes" de linguagem que lhe dizem respeito um "deslocamento", uma alteração, seja qual for o seu gênero, e isto não somente na qualidade de destinatário e de referente, mas também como remetente. Estes golpes não podem deixar de suscitar contragolpes ; ora, todo mundo sabe pela experiência que estes últimos não são "bons" se forem apenas reacionais. Pois, então, eles não são senão efeitos programados na estratégia do adversário; eles a realizam e vão assim a reboque de uma modificação da relação das respectivas forças. Daí a importância que existe em agravar o deslocamento e mesmo em desorientá-lo, de modo a conduzir um "golpe" (um novo enunciado) que não seja esperado (1998, p. 30).

Apresentar-se apenas como reacional significa cristalizar-se em palavra de autoridade, cobrando aderência de seus pares. Palavra de autoridade não se discute. Trazer para o espaço público as contradições, as tensões, a agonística inconclusa, percebendo que nossos discursos se mesclam mais do que imaginamos, que nossas experiências se tocam, que não ocupamos posições "puras", completamente originais não é tarefa fácil e talvez se inscreva no reino da utopia. Mas essa é uma questão para outro artigo, agora no campo da Ciência Política.

Ainda sobre o 'nós' da oficialidade, os recortes abaixo trazem alguns aspectos interessantes para se analisar:

1. " O estreito relacionamento do CEFET/PR e a comunidade empresarial tem levado **nossa** Instituição a acompanhar os avanços tecnológicos ocorridos em **nossa** sociedade. Além disso, as parcerias com o setor privado têm beneficiado o CEFET, pois a partir delas **viabilizamos e modernizamos** parte de **nossa** infra-estrutura, expandindo a pesquisa científica" (CORDEIRO, 1999, p. 15).

2. "Na análise da experiência do CEFET/PR **verificamos** a outra face da flexibilização e diversificação (dos sistemas de ensino). Esses princípios alinham-se aos objetivos mais gerais de funcionalização da educação ao capital no presente momento histórico. Trata-se de submeter a educação à lógica do mercado e, para tanto, utiliza-se uma estratégia financeira(...): redução dos gastos por aluno, criação de estabelecimentos voltados mais ao ensino do que à pesquisa, formação de nível superior de menor duração, incentivo à alternância escola-trabalho, estabelecimento de parcerias..." (LIMA FILHO, 1998, 139).

Para procedermos à análise, procuraremos responder às questões postas por POSSENTI (1999, 04): quem fala? Quem, no conjunto de todos os sujeitos falantes tem boas razões para

esta espécie de linguagem? Quem é seu titular? Que encadeamento, que determinismo há entre uns e outros enunciados? Como encontrar a lei de todas essas enunciações diversas e o lugar de onde vêm? O que significa o que se fala?

No recorte 1, é a voz institucional, representada pelo diretor da Instituição. No recorte 2, a voz da oposição ao discurso institucional, representada pelo vice-presidente do Sindicato dos Professores da Instituição. Tanto uma quanto a outra fala se revestem da oficialidade, por representarem segmentos que dão à linguagem a presunção de que contém "a" verdade. São palavras institucionais, palavras oficiais, palavras de autoridade, que têm a ilusão de que estão representando todos os que estão de acordo com o seu dizer: o CEFET e o SINDOCEFET, de onde se produzem certas verdades de ordem geral sobre o trabalho e suas relações com o capital. As posições dos sujeitos que falam se definem pela situação que ocupam : dirigentes institucionais. O que é necessário, então, é interrogar o discurso sobre as regras de sua formação e a matriz na qual se assenta. O fato de tanto um discurso como outro estarem inscritos, como já apontado, em dizeres antagônicos, não é suficiente para inscrevê-los na ordem da pluralidade. Quando observamos que ambos os discursos se opõem apenas em antagonismos, será que não estamos diante de um exemplo daquilo que Nietzsche chamou de 'super nós' do totalitarismo? Para ele, que combateu as 'totalidades fechadas', o mero antagonismo é uma simplificação, uma sistematização da *práxis* humana, pois busca universalizar idéias, dando-lhes um caráter total. Mas essa universalização do 'nós' apenas tem o poder de simplificar aquilo que chamamos de realidade. Se os homens lutam sob a mesma bandeira e se desentendem, isso se dá pela diferenciação de conceitos que são tidos ou apresentados como universais. Por isso, toda e qualquer tentativa que tende a totalizar representa, segundo Nietzsche, uma afronta à dignidade do homem. No prefácio do livro que escreveu sobre Nietzsche, **O homem que nasceu póstumo**, Mário Ferreira dos SANTOS fala dessa questão, abordando-a desse modo:

A luta é eterna, porque o movimento é eterno, e aceitar o equilíbrio é cair na interpretação comumente mal compreendida do pensamento hegeliano. A síntese marxista inclui a afirmação e negação da tese e da antítese. Mas Nietzsche dá um passo mais à frente e aceita a transubstanciação. A síntese não é simplesmente uma afirmação-negação dos contrários. É muito mais: é a inseparabilidade dos contrários, muito próxima às antinomias de Proudhon, da contemporaneidade antinômica, que cooperam para alcançar o que este chamava de 'justiça' (2000, p. 12).

Toda e qualquer informação sobre a Instituição e sua relação com o capital e com o trabalho é uma interpretação que privilegia determinados aspectos e por mais que nos esforcemos nunca conheceremos todos eles, e aquilo que acreditamos ser sua imagem é, na verdade, uma montagem de uma série de pontos de vista, sempre parciais. Isso nos coloca diante de uma situação de relatividade, (mas não de relativismo) que geralmente é ignorada

pelo discurso oficial, seja ele de esquerda ou de direita. Uma das estratégias que podemos adotar, nesse sentido, é perceber as sobreposições das falas que compõem o discurso oficial, quando o recorte discursivo do Sindicato recupera o discurso da Direção Geral, diante do qual as divergências deveriam se calar.

Iremos retomar, nesse ponto, o recorte discursivo do Diretor Arildo Dirceu Cordeiro, na época (1999) Diretor de Apoio às atividades de Ensino e hoje (2001) Diretor da Unidade de Curitiba, para analisar a quem se referem os 'nós' do recorte. Retomando a análise do fragmento 1, percebemos que a primeira incidência de 'nós' refere-se ao espaço público institucional - o locutor representa-se como dirigente institucional - (**nossa** Instituição, **viabilizamos, modernizamos, nossa** infra- estrutura). O segundo 'nós' (**nossa** sociedade) refere-se à coletividade que a ele vem associar-se, análise possível quando se imbricam os campos da lingüística e do discurso. Para além da lingüística, é possível detectarmos uma exclusão de parte da comunidade cefetiana desse primeiro 'nós'.

Para tanto, será necessário que insiramos esse recorte discursivo no contexto de sua enunciação concreta, no fluxo da comunicação verbal, na cadeia discursiva, que nos auxilia a constatar essa exclusão. Ao fazê-lo, vamos encontrar outro recorte discursivo, do mesmo locutor, que esclarece o que dizemos. Trata-se de um memorando, assinado pelo agora Diretor da Unidade de Curitiba, enviado ao SINDOCEFET- Sindicato dos Docentes - justificando a retirada de faixas e cartazes afixados pelo Sindicato, depois de assembléia em que se decidiu pela paralisação de um dia em protesto contra o Projeto de Emprego Público do MEC. Ei-lo:

Memo. 062/00-DIRCT

Em 20 de novembro de 2000

Para: Presidente do SINDOCEFET- PR

Assunto: Faixas

Prezado Senhor.

No momento em que **encaminhamos** as faixas elaboradas e afixadas pelo SINDOCEFET-PR, **gostaríamos** de esclarecer as razões que levaram essa Diretoria recolhê-las.

- 1) A decisão de paralisação foi tomada em Assembléia do dia 14/11/00, à qual compareceram aproximadamente 20 professores. Na hora da votação, os não-sindicalizados - que constituem a maioria dos professores desta Unidade

- não puderam votar, e a adesão à paralisação foi decidida por apenas 11 votos, que correspondem a 1,6% do total de professores de Curitiba.

- 2) Assim, a frase "NÃO HAVERÁ AULA no DIA 20/11/00" foi questionada por esta Diretoria por omitir parte da situação em que foi tomada a decisão.
- 3) O compromisso democrático implica que a vontade de ambos os grupos de professores - os que desejam dar aula e os que querem aderir à paralisação - seja respeitada.

Nesse sentido, as ações desta Diretoria tomaram por base o respeito à manifestação dos professores como um todo, e procuraram garantir a **TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES**.

Atenciosamente,

Prof. Arildo Dirceu CORDEIRO

Diretor da Unidade de Curitiba.

Esse memorando foi publicado no **Em Frente**, informativo semanal (13 a 20/11/00) da SINDOCEFET, com nota da Direção do Sindicato repudiando a ação autoritária e arbitrária da Direção da Unidade. Segundo a nota, "cassar os cartazes porque seu conteúdo desagradou o Diretor foi um exercício de censura, patrulhamento ideológico e truculência, justificáveis apenas nos regimes autoritários."

Para a nossa análise discursiva, alguns pontos podem ser considerados. Primeiramente, a comprovação de que nem todos fazem parte do 'nós' (aqui representando o papel institucional de dirigente) a que se refere o locutor do memorando e do recorte discursivo 1; portanto é um 'nós' excludente. Não é tarefa difícil, nesse particular, perceber que todos os que não pensam com os mesmos princípios e crenças da direção, que se crê a porta-voz única e legítima da Instituição, estão dela (Instituição) expurgados. Observemos também que o locutor apela para a questão do respeito a direitos e compromisso democrático, como justificativa para seu ato, o que nos permite entender a variedade de matizes que determinadas palavras podem ter, dependendo do lugar de onde se fala, quem fala e a quem se fala. Como diz POSSENTI, "tudo que sai da boca do homem tem sua marca"(1988, p. 55). Acrescentaríamos, marca que é sempre social, considerando que estamos tomando como base para essa análise o pressuposto bakhtiniano de que todo signo é sempre social, o que torna a questão da autoria ou da propriedade da locução algo bem mais complexo; a palavra não lhe pertence totalmente, uma vez que ela se situa numa espécie de zona fronteira; cabe-lhe, contudo, uma boa metade.

Em um determinado momento, o locutor é incontestavelmente o único dono da palavra, que é então sua propriedade inalienável. É o instante do ato fisiológico de materialização da palavra. Mas a categoria da propriedade não é aplicável a esse ato, na medida em que ele é puramente fisiológico. Se, ao contrário, considerarmos não o ato físico de materialização do som, mas a materialização da palavra como signo, então a questão da propriedade tornar-se-á bem mais complexa. Deixando de lado o fato de que a palavra como signo é extraída pelo locutor de um estoque de signos disponíveis, a própria realização desse signo social na enunciação concreta é inteiramente determinada pelas relações sociais. (...)A situação e os participantes mais imediatos determinam a forma e o estilo ocasionais da enunciação. Os estratos mais profundos da sua estrutura são determinados pelas pressões sociais mais substanciais e duráveis a que está submetido o locutor (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1997, p. 113).

O que perseguimos nesse ponto foi tentar tornar visível e analisável a questão da construção do 'nós' oficial e que não está "nem oculto nem visível, está no limite da linguagem" (FOUCAULT, 1987, p.130). A multiplicidade do uso do 'nós', entretanto, não lhe é exclusiva, uma vez que toda palavra, para significar, deve estar tomada na corrente da comunicação verbal, em situações de interação concretas, e não tomadas abstratamente. Esta inserção das palavras no contexto de onde emergiram nos permitiria capturar as vozes que formaram os discursos socialmente construídos, nos ajudando a entender por que não somos fontes de nosso dizer, como enfatiza Bakhtin. Mas essa é uma questão para outro artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In:----- **Estética da criação verbal**. São

Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 277- 326.

BAKHTIN, Mikhail. O problema do texto. In:----- **Estética da criação verbal**_ São Paulo:

Martins Fontes, 1997, p.329 - 358.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**_ 1. ed. Rio de Janeiro:

Forense Universitária, 1981.

BAKHTIN, Mikhail_**Questões de literatura e de estética**. A teoria do romance.4. ed.

São Paulo: UNESP, 1998.

BAKHTIN, Mikhail ;VOLOSHINOV,V.N. **Marxismo e filosofia da linguagem:**

problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 8. ed. São Paulo. Editora Hucitec, 1997.

CEFET/PR. **Oficina de empreendedorismo.** Curitiba: CEFET, s. d. Apostila.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária., 1987.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 5. ed., 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. A analítica da finitude. In:----- **As palavras e as coisas.** 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

INDURSKI, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes.** Campinas, São Paulo: Unicamp, 1997.

JANUÁRIO NETO, Éden. **Jornal do CEFET/PR**, n.02, maio de 2000. Discurso de posse.

JANUÁRIO NETO, Éden. **Jornal Gazeta do Povo**, Curitiba: 11/04/2000.

LERNER, Jaime. **Jornal do CEFET**, edição comemorativa, 23/09/99.

LIMA FILHO, Domingos. De continuidades e retrocessos históricos: razões e impactos da reforma da educação profissional no Brasil. **Educação Profissional: tendências e Desafios**. Curitiba, SindoCEFET/PR, 1999.

LYOTARD, Jean François. **O Pós Moderno**. 3. ed.. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal**: prelúdio a uma filosofia do futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

NIETZSCHE, Friedrich. **A genealogia da moral**. Coleção Universidade de Bolso. Rio de Janeiro: Ediouro, s. d.

POLETTI, Juarez. **Jornal do CEFET/PR**, edição comemorativa. 23/09/99.

ROMANO, Augusto César. **Jornal do CEFET/PR** n. 03, maio de 1999.

RORTY, Richard. **A filosofia e o espelho da natureza**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

SANTOS, Mário Ferreira. O homem que nasceu póstumo. **Revista Livro Aberto**. Agosto/setembro 2000, n.18.

SEBRAE-PR. **Geração Empresa**. Curitiba: SEBRAE, s. d. Apostila.

SOUZA, Paulo Renato de. **Jornal do CEFET/PR**, edição comemorativa 23/09/99.

VRUBEL, Alfredo. **Jornal do CEFET/PR**, edição comemorativa. 23/09/99.

[\[i\]](#) Utilizo aqui a noção de discurso de autoridade a partir da teoria de Mikhail Bakhtin, no livro **Questões de Literatura e Estética. A Teoria do Romance**. 4. ed. São Paulo: UNESP, 1998. O autor estabelece como de autoridade a palavra encontrada de antemão, já unida à autoridade, ressoando numa alta esfera, ligada ao passado hierárquico.

[\[ii\]](#) A transformação de Cefet em Universidade Tecnológica